



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

13/11/2014 ATÉ 13/11/2014



INDÍCE

1	BLOG AQUILES EMIR	
	1.1 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	1
2	BLOG DO MINARD	
	2.1 DECISÕES.....	2
3	BLOG ZECA SOARES	
	3.1 AÇÕES TJMA.....	3
4	IMIRANTE.COM	
	4.1 VARA CRIMINAL.....	4
5	SINDJUS	
	5.1 CORREGEDOR (A).....	5
6	SITE 180 GRAUS	
	6.1 CORREGEDOR (A).....	6
	6.2 DECISÕES.....	7
	6.3 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
	6.4 JUÍZES.....	9
	6.5 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10
7	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	7.1 PLANTÃO NO TJMA.....	11
8	SITE G1	
	8.1 DECISÕES.....	12
9	SITE IDIFUSORA	
	9.1 AÇÕES TJMA.....	13
10	SITE JUSBRASIL	
	10.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	14
	10.2 EVENTOS.....	15 16
	10.3 VARA CRIMINAL.....	17
	10.4 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	18
11	SITE TRIBUNA DO TOCANTINS	
	11.1 CORREGEDOR (A).....	19

Bradesco deseja solucionar 15 mil processos de dívidas na Semana Nacional de Conciliação

O Bradesco indicará aos tribunais de Justiça dos estados mais de 15 mil processos para serem discutidos durante a nona edição da Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com as cortes estaduais, trabalhistas e federais, entre os dias 24 e 28 de novembro. A Semana Nacional da Conciliação possibilita a resolução de conflitos por meio de um acordo amigável entre as partes mas, sobretudo, com o objetivo de consolidar uma cultura de conciliação no País. A expectativa é conseguir resolver por meio da conciliação, até o final do ano, cerca de 18,5 mil processos nos quais a instituição é ré ou autora. O banco promove as tentativas de conciliação na Justiça desde 2010, quando conciliou 4,6 mil processos, contabilizados durante a Semana Nacional da Conciliação daquele ano (2,3 mil) e em audiências avulsas (2,2 mil).

Desde então, o Bradesco já conciliou em 45 mil ações, sendo 30,2 mil fora da Semana Nacional da Conciliação e 15 mil durante as quatro semanas ocorridas nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. No ano passado, durante a VIII edição da Semana Nacional, o Bradesco finalizou 2,5 mil processos judiciais. Durante o ano, foram 6,7 mil casos conciliados, fora do mutirão. “Termos essa prática dentro e fora das Semanas significa que estamos adquirindo a cultura da pacificação de maneira natural”, afirmou o coordenador do Comitê Gestor da Conciliação no CNJ, conselheiro Emmanoel Campelo. “Nos últimos anos, empresas e Justiça estão tomando a frente do movimento da conciliação e não esperam a Semana Nacional acontecer para propor soluções não judiciais para os conflitos”, completou.

A Semana Nacional da Conciliação, que ocorre anualmente em todos os tribunais do País, foi criada para ajudar a reduzir o estoque de processos na Justiça brasileira, servindo de exemplo para os tribunais investirem na prática durante todo o ano. Desde 2006, quando foi criada a Semana, foram realizadas mais de 2 milhões de audiências de conciliação, atingindo cerca de R\$ 6 bilhões em valores homologados, somente ao longo das oito semanas. Outras instituições bancárias também participarão da Semana Nacional, entre elas a Caixa Econômica Federal, que deve disponibilizar para conciliação mais de 30 mil processos nos quais figura como parte, e o Santander, que levará 5 mil.

Além dos tribunais, entidades representativas de classe, empresas públicas, empresas privadas e órgãos públicos já fizeram parcerias com o Judiciário a fim de encerrar milhares de processos. Magistrados da ativa, servidores, juízes e desembargadores aposentados e conciliadores voluntários dos ramos Estadual, Federal e do Trabalho participam do esforço do Judiciário.

Vale lembrar que quem tem processos na Justiça e deseja solucionar o conflito por meio de acordo entre as partes deve entrar em contato com os tribunais. Se não for possível incluir o caso na campanha, o processo poderá ser trabalhado de maneira consensual ao longo do ano, nos programas regulares de conciliação dos tribunais.

MP aciona prefeitura de Carutapera e Cemar para regularização da iluminação pública

Prefeito de Carutapera|

Em resposta ao pedido de efeito suspensivo contra decisão proferida pela Justiça de Carutapera, a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou decisão liminar para imediata manutenção e extensão do serviço de iluminação pública prestado pelo município, por meio da Companhia Energética do Maranhão (Cemar). A questão foi tema de Ação Civil Pública (ACP) promovida pelo MPMA em agosto deste ano.

Na ACP, a promotora de justiça Laura Amélia Barbosa pediu que o município de Carutapera tomasse medidas para melhoria no serviço de iluminação pública, como a instalação de postes, lâmpadas e manutenção da rede nas ruas, avenidas e povoados.

No pedido de efeito suspensivo, o município alega a impossibilidade de cumprir a decisão judicial dentro do prazo, tendo em vista que o projeto para reforma da iluminação pública deve ser enviado à Cemar, a quem compete a análise e aceitação.

De acordo com a Prefeitura de Carutapera, parte da liminar já foi cumprida, como a apresentação da relação mensal de prestação de contas com a Cemar e do relatório dos serviços de manutenção executados nos meses de julho, agosto e setembro.

O pedido de suspensão da liminar foi desconsiderado, uma vez que o município já estava ciente da insatisfação da população local com o serviço de iluminação pública e vinha sendo alvo de debate junto ao MPMA desde agosto.

Compartilhe :

* Facebook

* Twitter

* Imprimir

* Email

* Google

*

Combate à corrupção

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

Combate à corrupção - No dia 9 de dezembro - data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção - o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram parceria para realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção".

A recomendação da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

"Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário", disse a presidente do TJMA, durante assinatura de termo de parceria assinado com a procuradora geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

Condenados - Até o mês de setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA, por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Homem é condenado por tentativa de homicídio

Divulgação/Assessoria
12/11/2014 às 19h08

Janslei Carvalho deve cumprir 5 anos de prisão, por tentativa de homicídio contra Genivan Gonçalves.

CAROLINA - Em júri promovido nessa terça-feira (11), pela Comarca de Carolina e presidido pelo titular da unidade, juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, o Conselho de Sentença condenou o réu Janslei Carvalho a cinco anos e quatro meses de reclusão.

A pena deve ser cumprida em regime semiaberto, no presídio local. O magistrado concedeu ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Janslei respondeu por tentativa de homicídio praticada contra Genivan Gonçalves, fato ocorrido em 18 de janeiro de 2011, por volta das 17h, quando a vítima, que trafegava em uma moto de sua propriedade, foi atingida por um golpe de faca desferido pelo réu, que trafegava na garupa de outra motocicleta que emparelhou com o veículo da vítima. A própria vítima reconheceu o agressor quando este tirou o capacete. Janslei e Genivan teriam tido uma briga dias antes, durante uma festa da qual participavam.

Na dosimetria da pena, o juiz destaca ser o réu primário e não ter registro de antecedentes. "Quanto à culpabilidade, agiu entendendo o caráter ilícito de sua conduta", afirma, ressaltando ainda o risco real de morte sofrido pela vítima, atingida na região da jugular, razões pela qual a pena inicial foi fixada em 12 (doze) anos, majorada em mais quatro anos pela circunstância qualificadora prevista no art. 121. § 2, inciso IV (à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido) e finalmente diminuída em 2/3 por se tratar de crime tentado.

Dívida

Às 8h dessa quarta-feira (12), a comarca deu início ao julgamento do réu Pedro de Alcântara da Silva Ramos, acusado de homicídio contra Rosiel dos Santos Sousa. O motivo do crime teria sido a cobrança de uma dívida de R\$ 2 que deu origem a uma discussão entre acusado e vítima na ocasião em que ambos bebiam em um bar. De acordo com os autos, na ocasião o réu teria sacado de uma faca golpeando Rosiel na altura do abdômen, levando-o à morte.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI DEFENDE MAIS ESPAÇO PARA AS CORREGEDORIAS ESTADUAIS

Ministra Nancy Andrichi e Nelma Sarney

Com um discurso integrador, a ministra Nancy Andrichi falou na abertura do 67º Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), realizado na Cidade de Salvador. Ela defendeu a efetiva participação das corregedorias no estabelecimento das metas nacionais do Judiciário brasileiro. O Encoge, realizado a cada quatro meses, propõe um debate voltado para discutir problemas por que vem passando o Judiciário brasileiro, com destaque para os desafios de alcançar a celeridade. Aberto na noite desta quarta-feira (12) no Fórum Ruy Barbosa, o encontro segue até sexta-feira (14).

A ministra exaltou a participação dos corregedores no Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 10 e 11 em Florianópolis, onde foram definidas metas voltadas especificamente para as corregedorias, mas voltou a criticar o modelo de estabelecimento das metas nacionais do Judiciário. Para a ministra as metas devem estar alinhadas com a realidade de cada estado e destacou que em sua gestão não faltarão esforços para que os corregedores dos estados sejam ouvidos na elaboração das próximas metas nacionais.

A presidente do Colégio de Corregedores, desembargadora Nelma Sarney, também criticou o excesso de cobrança para o atingimento de metas, sistemática que, segundo ela, tem sido prejudicial para o quadro de pessoal. A busca incessante pelo atingimento das metas, diante de um quadro de escassez de recursos financeiros, físicos e humanos está resultando em um judiciário doente. Essa nova lógica, pela busca de metas, tem feito com que servidores e magistrados extrapolem a jornada de trabalho diária, comprometendo sua saúde, afirmou.

Nelma Sarney voltou a afirmar que o problema da Justiça brasileira não está apenas no Judiciário. A corregedora defende a integração dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil) para buscarem soluções de forma conjunta. A corregedora ainda prestou conta das ações do colégio no ano de 2014.

A produtividade precisa sim ser buscada e alcançada, mas precisamos modificar a forma de pensar e de planejar o sistema de justiça. Em vez de definirmos metas à luz do Judiciário, precisamos dialogar com ministério público, defensoria pública e com a advocacia para traçarmos um caminho sólido para a Justiça brasileira, defendeu.

Na visão do corregedor da Justiça da Bahia, desembargador Olegário Caldas, que abriu os trabalhos do 67º Encoge, a melhoria do Judiciário também passa pela valorização de servidores e magistrados. Ele também lembrou dos quatrocentos anos do Tribunal de Justiça da Bahia corte mais antiga da América Latina e do Fórum Ruy Barbosa, que completa 65 anos neste mês de novembro.

Gargalos Nancy Andrichi reforçou que algumas unidades judiciais, como aquelas que processam e julgam executivos fiscais, têm ficado prejudicadas. Segundo ela, o poder Executivo, em todos os níveis, precisam gerir melhor seus tributos. Não adianta cobrar produtividade se cada dia as varas estão cada vez mais assoberbadas de processos, com destaque para as varas de execuções fiscais que recebem milhares de pedidos de uma só vez. O executivo espera o último dia do prazo prescricional para ajuizar as ações, disse.

A corregedora Nelma Sarney também afirmou que as metas não contribuem para resolver os principais entraves da Justiça. O judiciário está sobrecarregado de problemas que não param de se amontoar nas prateleiras, a exemplo das demandas criminal, das relações de consumo e fazendária. Quadro agravado pela litigância de má fé e pela competência delegada, quando juízes estaduais têm que atuar em processos da Justiça federal, pela falta de estrutura desta última nas comarcas, ratificou.

Também estiveram presentes na solenidade de abertura do Encoge o presidente do TJBA, desembargador Eserval Rocha; a desembargadora corregedora do interior baiano, Vilma Veiga; e os desembargadores auxiliares da Corregedoria Nacional da Justiça, Cleones Cunha (TJMA), Claudio Cesar Roessing (TJAM), Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Carlos Teixeira Filho (TJSP) e o juiz auxiliar da Corregedoria nacional Cezar Luiz Bandiera.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Encontro de Corregedores destaca desafios da celeridade judicial

A 67ª edição do Encontro do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge) tem como tema principal discutir a celeridade processual diante de um quadro social desafiador. Reunidos na Cidade de Salvador (BA), até esta sexta (14), os corregedores vão debater assuntos relacionadas às práticas diárias e buscar equacionar os problemas diante de uma demanda processual que cresceu mais de 3% somente em 2013. Segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, já são 95 milhões de processos no Judiciário brasileiro.

Para a presidente do Colégio de Corregedores, desembargadora Nelma Sarney, a proposta do encontro é justamente encontrar mecanismos para dar agilidade ao andamento dos processos, a fim de atender bem e com mais rapidez à população.

Revogada norma que suspendia expediente nos dias 20 e 21 de novembro

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu revogar os artigos da Resolução nº 63/2013, nos trechos em que suspendia o expediente no Judiciário estadual nos dias 20 e 21 de novembro de 2014. O entendimento unânime foi de que decisão judicial posterior, de agosto deste ano, declarou inconstitucional a Lei nº 309/2013, que instituiu como feriado o Dia da Consciência Negra em São Luís.

Além de ter incluído, à época, o 20 de novembro como feriado do Dia da Consciência Negra, a resolução do TJMA ainda suspendia o expediente no dia 21, estabelecendo que as horas não trabalhadas fossem compensadas de 24 a 28 de novembro e 1º de dezembro.

Natureza é retratada em fotografias em exposição coletiva do Fórum de São Luís

Entre as 71 imagens produzidas pelos 18 participantes da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, aberta ao público no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) até o dia 5 de dezembro, está o trabalho da fotógrafa maranhense Maria Thereza Soares. São imagens em que ela estabelece uma relação entre fotografia e a natureza, por meio da sua representação simbólica, no caso, flores.

Maria Thereza Soares está expondo três fotos intituladas “O tempo”, “O par de rosas” e “Bem-me-quer”. Segundo ela, a proposta da série não é transformar a fotografia em pintura ou vice-versa, mas dialogar com as bases provenientes da pintura para a realização das imagens, sem a tentativa de apropriar-se de uma imagem específica, partindo apenas do conceito e elementos e suas possíveis transposições.

Novos juízes são sorteados para completar quorum nos julgamentos

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão administrativa extraordinária desta quarta-feira (12), escolheu, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Foram sorteados os magistrados Sara Fernanda Gama (juíza auxiliar), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Ana Célia Santana (5ª Vara Criminal), Josemar Lopes Santos (1ª Vara Cível) e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública).

Audiência pública na UFMA discute emissão de esgotos nos rios da Ilha de São Luís

Uma audiência que discutiu bem mais do que um simples processo judicial, levando ao público a atual situação dos rios que cortam a Ilha de São Luis. Assim foi a audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Presidida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da unidade judicial, a audiência aconteceu no auditório central da Universidade Federal do Maranhão, e foi acompanhada, também, pela vereadora Rose Sales, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, pelo presidente da Caema João Reis Moreira Lima, entre outros.

FERIADO REVOGADO

TJ do Maranhão tem expediente normal nos dias 20 e 21 de novembro

13 de novembro de 2014, 14h33

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai ter expediente normal nos dias 20 e 21 de novembro. O Órgão Especial da corte revogou trechos da Resolução 63/2013 que suspendia o expediente do Judiciário nessas datas. O entendimento unânime segue uma decisão de agosto, que declarou inconstitucional uma lei municipal de São Luis que instituíra como feriado o Dia da Consciência Negra.

Na sessão do dia 27 de agosto, o Órgão Especial considerou a lei municipal inconstitucional por tratar de matéria de competência da União. A ação direta de inconstitucionalidade (Adin) foi proposta pela Associação Comercial do Maranhão. A ação pedia a declaração de inconstitucionalidade da lei, em razão da competência para legislar sobre direito do trabalho ser privativa da União, de forma que a norma contrariava tanto a Constituição Federal quanto leis federais.

Os desembargadores argumentaram que não faria mais sentido manter em vigor a suspensão do expediente nos dias citados, já que a decisão judicial se sobrepõe à resolução editada em dezembro de 2013, quando a lei municipal que definia o dia 20 de novembro como feriado acabara de ser instituída. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MA.

Justiça mantém liminar que determina melhoria de iluminação em Carutapera

Foi mantida a decisão liminar que determina à Prefeitura de Carutapera e à Companhia Energética do Maranhão (Cemar) a imediata manutenção e extensão do serviço de iluminação pública nas ruas do município, que fica a 548 km de São Luís. A determinação da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) responde a pedido de efeito suspensivo contra decisão já proferida pela Justiça da Comarca. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (13) pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA).

Em agosto deste ano, o G1 publicou a maioria das ruas da cidade não têm iluminação pública, questão que acabou motivando ação civil pública ajuizada pela promotora de justiça Laura Amélia Barbosa.

Na ação, a promotora pede que a prefeitura tome providências para a melhoria do serviço como a instalação de postes, lâmpadas e manutenção da rede nas ruas, avenidas e povoados. Os pedidos foram acatados pela Justiça.

Prefeitura se defende

No pedido de efeito suspensivo, o município alega a impossibilidade de cumprir a decisão judicial dentro do prazo, tendo em vista que o projeto para reforma da iluminação pública deve ser enviado à Cemar, a quem compete a análise e aceitação.

De acordo com a Prefeitura de Carutapera, parte da liminar já foi cumprida, como a apresentação da relação mensal de prestação de contas com a Cemar e do relatório dos serviços de manutenção executados nos meses de julho, agosto e setembro.

O pedido de suspensão da liminar foi desconsiderado, uma vez que o município já estava ciente da insatisfação da população local com o serviço de iluminação pública e vinha sendo alvo de debate junto ao MP-MA.

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento de ações

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro Deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

No dia 9 de dezembro - data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção - o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram parceria para realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção".

A recomendação da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

Publicado em 13-11-2014 15:33:02.share' class='twitter-share-button' data-via='idifusoraCom' data-lang='pt'>Tweetar

CENTRO DE CONCILIAÇÃO DA FIEMA INCENTIVA NEGOCIAÇÃO ENTRE EMPRESAS E CREDORES

O superintendente da Fiema, Albertino Leal, a conciliadora empresarial, Juliana Rena, e o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, juiz Alexandre Abreu

O Centro de Conciliação Empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) está estimulando a resolução de questões judiciais ou não, envolvendo empresas com seus credores, devedores e fornecedores. As facilidades foram apresentadas pelo coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), juiz Alexandre Abreu, aos representantes dos sindicatos e instituições financeiras, no programa Bom Dia, Sindicato! de relacionamento da federação com seus filiados.

Instalada pelo Tribunal, em parceria com a federação, a unidade funciona na Casa da Indústria Albano Franco (Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, 3º andar). As audiências podem ser agendadas pelo telefone (98) 3212 1859.

O atendimento é feito por conciliadores, treinados em curso de formação regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que os habilita à função de conduzir o diálogo para buscar o entendimento.

O juiz explicou que no centro são recebidas demandas como renegociação de contratos, não reconhecimento de dívidas e outras passíveis de solução por meio do entendimento entre as partes. Os acordos são, posteriormente, homologados por um juiz. No local, também são fornecidas orientações sobre linhas de financiamento, renegociação de dívidas, recuperação de créditos e cursos de aprimoramento.

O Judiciário estava devendo ao setor econômico, que precisa de mecanismos facilitadores de solução de suas questões. A possibilidade de termos um ambiente em que empresas e bancos negociem e resolvam suas questões de forma célere, atinge diretamente a sobrevivência das empresas, pois é oportunidade de desenvolvimento e interferência positiva na economia do Estado, avaliou Alexandre Abreu.

SERVIÇO - O novo serviço beneficia especialmente os micro e pequenos empresários que representam 90% do setor - com a disponibilidade de espaço estruturado para negociar conflitos sem a necessidade de chegar à Justiça, diminuindo custos e tempo e fortalecendo a atividade.

Na reunião, o gerente regional do Bradesco, Clinton Fernandes, disse que o estímulo à conciliação vem ao encontro do que a instituição quer realizar no Maranhão. O banco já faz isso em todo o Brasil. A negociação é um ganho para todas as partes, estimulou.

O superintendente do Banco do Brasil, Alaércio Dutra, elogiou o projeto, considerando-o inovador, por quebrar vários paradigmas com relação à estrutura existente, tanto entre empresas e seus clientes quanto no próprio Judiciário. É uma iniciativa louvável. O Banco do Brasil apoia e tem um trabalho iniciado nesse sentido. A ação do Núcleo de Solução de Conflitos vai concretizar nosso objetivo de agilizar e reduzir a burocracia do processo de renegociação de dívidas, acentuou.

Para o superintendente da Fiema, Albertino Barros Filho, a instalação do Centro de Conciliação Empresarial de

São Luís é fundamental para a economia local e fortalece o desempenho da indústria. Convidamos o setor da indústria para que faça uso do serviço e resolva seus conflitos de forma mais amigável, rápida e menos onerosa, completou.

Estiveram presentes também, representantes de sindicatos e o presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fiema, Celso Gonçalo.

Orquídea Santos

Assessoria de Comunicação do TJMA asscom@tjma.jus.br

(98) 3198 4370

NATUREZA É RETRATADA EM FOTOGRAFIAS EM EXPOSIÇÃO COLETIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Maria Thereza e as obras em exposição

Entre as 71 imagens produzidas pelos 18 participantes da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, aberta ao público no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) até o dia 5 de dezembro, está o trabalho da fotógrafa maranhense Maria Thereza Soares. São imagens em que ela estabelece uma relação entre fotografia e a natureza, por meio da sua representação simbólica, no caso, flores.

Maria Thereza Soares está expondo três fotos intituladas O tempo, O par de rosas e Bem-me-quer. Segundo ela, a proposta da série não é transformar a fotografia em pintura ou vice-versa, mas dialogar com as bases provenientes da pintura para a realização das imagens, sem a tentativa de apropriar-se de uma imagem específica, partindo apenas do conceito e elementos e suas possíveis transposições para o mundo atual, utilizando como suporte a fotografia digital, luz natural e objetos do dia a dia.

Formada em cinema e vídeo pela Universidade Federal Fluminense, Maria Thereza Soares também estudou Imagem na École Nationale Supérieure Louis Lumière, em Paris (França). Em São Luís, a fotógrafa idealizou vários projetos, destacando-se entre eles a exposição fotográfica Viagens, realizada no Parque Botânico Vale, em 2013; e A história e a técnica da fotografia digital, contemplado no programa Mais Cultura, desenvolvido nas escolas pelos ministérios da Cultura e da Educação em 2014.

Em 2012, dirigiu o videoclipe Mar de Rosas e foi autora do ensaio do CD No Movimento, ambos da cantora Flávia Bittencourt. É curadora e idealizadora da 1ª Mostra Fotográfica de São Luís, que será realizada em 2015.

Exposição Integração e Cidadania a exposição está aberta público de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, na galeria Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís (Calhau). A iniciativa é uma parceria da diretoria do Fórum e Corregedoria Geral de Justiça e tem a finalidade de fomentar a arte junto à comunidade jurídica.

Azenate Sousa

Núcleo de Comunicação do Fórum de São Luís

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

TJMA discutirá segurança em seminário sobre a atividade de inteligência no Judiciário

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Programação contará com palestrantes de renome, especialistas no tema da segurança e serviço de inteligência

As atividades desenvolvidas pelo serviço de Inteligência e o plano de segurança institucional do Poder Judiciário do Maranhão serão discutidos por magistrados, servidores e autoridades ligados à área durante seminário promovido pela Diretoria de Segurança com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), de 20 a 22 de novembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa (no auditório Madalena Serejo). As inscrições estão abertas até o dia 17, no sistema acadêmico Tutor, na plataforma "Sentinela", disponível no site do Tribunal de Justiça.

O objetivo é conscientizar acerca das atividades desenvolvidas pela Inteligência, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos já estabelecidos e visando à proteção individual e patrimonial de todos os que compõem a instituição, explica o diretor de Segurança Institucional do TJMA, major Alexandre Magno de Souza.

Inteligência Estratégica e Atividade Jurisdicional, O Papel da Atividade de Inteligência no Poder Judiciário, Inteligência Digital e Inteligência de Sinais, são alguns dos temas que compõem o treinamento, constituído por parte teórica (palestras e debates) e prática - com visita ao Núcleo de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA).

O seminário será ministrado por renomados profissionais e especialistas ligados à área, tais como: José Nilton Souza (delegado e gestor de Inteligência da Secretaria Adjunta de Inteligência e Assuntos Estratégicos do Maranhão), Maurício Viégas Pinto (supervisor substituto do Serviço de Inteligência do TJDFT e especialista em Inteligência Estratégica), Joanisval Gonçalves (consultor legislativo do Senado Federal, conferencista e autor de livros nas áreas de Inteligência, Segurança e Defesa, Relações Internacionais e Direito) entre outros.

CAROLINA - RÉU FORAGIDO ACUSADO DE HOMICÍDIO É CONDENADO EM JÚRI

Em júri promovido pela Comarca de Carolina nessa quarta-feira (12), o réu foragido Pedro de Alcântara da Silva Ramos foi condenado a seis anos de prisão pelo homicídio de Rosiel dos Santos Sousa. O juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, titular da comarca, presidiu o julgamento. De acordo com a sentença do juiz, a pena deve ser cumprida em regime inicial aberto, no presídio local.

Segundo os autos, o crime se deu na manhã do dia 27 de junho de 2006, em um bar do município (Carolina), onde réu e vítima bebiam, quando teve início uma discussão causada pela cobrança, por parte da vítima, de uma dívida que o acusado teria com ele no valor de R\$ 2 reais. Na ocasião, Pedro teria atingido Rosiel na região abdominal, causando-lhe a morte.

Na sentença, o magistrado decreta a prisão preventiva do réu (foragido), determinando à Secretaria Judicial a expedição do mandado de prisão e o envio do mesmo para os órgãos de praxe, bem como o registro de Pedro de Alcântara no Banco Nacional de Mandados de Prisão do CNJ.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA UFMA DISCUTE EMISSÃO DE ESGOTOS NOS RIOS DA ILHA DE SÃO LUÍS

Juiz Douglas Martins, presidindo a audiência

Uma audiência que discutiu bem mais do que um simples processo judicial, levando ao público a atual situação dos rios que cortam a Ilha de São Luis. Assim foi a audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, nesta terça-feira (11). Presidida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da unidade judicial, a audiência aconteceu no auditório central da Universidade Federal do Maranhão, e foi acompanhada, também, pela vereadora Rose Sales, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, pelo presidente da Caema João Reis Moreira Lima, entre outros.

Logo de início, o juiz explicou que a audiência iria coletar mais dados a respeito desse assunto, no sentido de se tomar uma decisão sobre o pedido do Ministério Público. De acordo com o MP, a Caema (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão) e o Governo do Estado do Maranhão não cumpriram as determinações do processo movido contra eles, que os obriga a tratar os esgotos, despoluir os rios que entrecortam São Luis, e evitar mais despejo de esgoto nesses rios.

Em função desse não-cumprimento, foi feito então o pedido junto à vara, no sentido de que os réus paguem uma multa que, em dados atualizados, chegam a 18 milhões de reais, haja vista que o referido processo já transitou em julgado e o MP entende que nada foi feito no sentido de cumprir a sentença. O pedido é que a Justiça bloqueie a conta da Caema referente à publicidade, e não aos salários dos servidores, explica o promotor de Justiça Fernando Cabral.

O juiz Douglas Martins destaca que todas as informações adquiridas na audiência contribuirão no sentido de que seja tomada essa decisão, no sentido de penalizar a Caema e o Governo do Estado. Diversas pessoas, entre professores, especialistas, pescadores e líderes comunitários, explanaram sobre a situação dos rios Bacanga, Anil e Bicas, sempre destacando a enorme quantidade de esgoto e lixo, que prejudicam a saúde dos rios e impossibilitam que pessoas sobrevivam da pesca. E sobre esses depoimentos é que a gente vai tomando a real ciência se a Caema estaria ou não fazendo alguma coisa em função da decisão já transitada em julgado, ressalta Douglas.

O servidor da CAEMA, Marcos Silva, além da explanação sobre o tema, pediu que o juiz observasse diversas fotos, nas quais mostra a situação ao longo desses rios. É inadmissível o que os gestores, tanto estaduais quanto da Caema, negligenciaram essa questão do esgoto em São Luis. E o mais revoltante é que a gente sabe que milhões de reais vieram do Governo Federal no sentido de amenizar e resolver algumas situações, mas nunca nada foi devidamente aplicado, observou.

Durante a defesa, a Caema ressaltou o crescimento desordenado dos bairros. A partir dessa ação, nós já construímos várias subestações elevatórias, receptores, redes, ligações, e duas estações de tratamento de esgoto. Essas duas estações, naturalmente, foram construídas quando a população de São Luís era menor. Era outra ocupação habitacional. O crescimento desordenado dificulta um planejamento, mas ainda assim novos projetos estão em execução pela empresa. Hoje, são mais de 300 milhões de reais aplicados em obras que estão sendo executadas com prazo de execução para dois anos e já estão contratados os projetos executivos da bacia do Jeniparana e do Turu, ressaltou o presidente da Caema João Reis Moreira Lima.

Sobre a posição do Estado do Maranhão, o Procurador Adjunto Para Assuntos Judiciais Adriano Cavalcante ressaltou que o pedido feito pelo Ministério Público é desproporcional, a título de multa referente ao processo julgado. O Estado contestou, praticou os atos processuais necessários, e nessa fase de execução vem defendendo a tese de que não há inércia nesse caso. Muitas coisas estão em andamento no sentido de cumprir a decisão, ressaltou.

Douglas Martins colocou que a Caema pediu um prazo de cinco dias para explicar sobre tudo o que está sendo feito, bem como informar sobre a não necessidade de bloqueio das contas e, ainda sobre o orçamento previsto para o próximo ano. Sobre as obras em andamento, o juiz foi informado pela Caema que precisaria de 5 anos para a conclusão efetiva desses serviços.

Sentença A decisão, proferida ainda em 2006, foi resultado de uma Ação Civil Pública do Ministério Público estadual e, de acordo com o juiz Douglas Martins, apesar do prazo para cumprimento ter sido de três anos, até o momento não foi obedecida. No documento de convocação o magistrado afirma que em 2012 a Promotoria do Meio Ambiente novamente pediu providências, sob a alegação de que a decisão não havia sido cumprida.

Na decisão o Estado e a Caema foram condenados a proceder com a construção de estações de tratamento de esgotos sanitários ao longo dos rios Anil, Bacanga e Bicas, realizar a limpeza dos ambientes degradados e eliminar o lançamento de esgotos sem tratamento em qualquer lugar da Ilha de São Luís.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Encontro de Corregedores destaca desafios da celeridade judicial

Evento foi aberto na noite desta terça no fórum da capital baiana

Ministras Nancy e Nelma Sarney

São Luís - A 67ª edição do Encontro do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge) tem como tema principal discutir a celeridade processual diante de um quadro social desafiador. Reunidos na Cidade de Salvador (BA), até esta sexta (14), os corregedores vão debater assuntos relacionadas às práticas diárias e buscar equacionar os problemas diante de uma demanda processual que cresceu mais de 3% somente em 2013. Segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, já são 95 milhões de processos no Judiciário brasileiro.

Para a presidente do Colégio de Corregedores, desembargadora Nelma Sarney, a proposta do encontro é justamente encontrar mecanismos para dar agilidade ao andamento dos processos, a fim de atender bem e com mais rapidez à população. "Vamos travar debates com o objetivo de encontrar caminhos para solucionar os processos existentes, bem como promover a organização para atender a crescente demanda de novos processos a cada ano", pontuou.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, participará das atividades do encontro. Desde que assumiu a Corregedoria Nacional, no último mês de agosto, a ministra tem demonstrado uma mudança de perfil do órgão correcional ao apoiar as corregedorias estaduais e estabelecer uma linha de trabalho com base na realidade de cada estado, valorizando as contribuições regionais para definições das diretrizes de trabalho. Devido sua atuação, com foco na melhoria da estrutura alinhada à qualidade de vida de juízes e servidores, Nancy Andrichi tem obtido sistemático das corregedorias dos tribunais estaduais.

O evento foi aberto ontem no fórum Rui Barbosa e as atividades da programação acontecem no Shreraton Hotel da Bahia. Dentre os temas em debate, estão reservados espaços para as discussões acerca da execução penal, serviços cartorários e divórcio.